

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI N. 3.609/2024

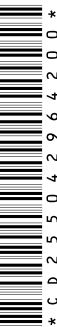
Transfere para o domínio
do Estado de Rondônia as
terras pertencentes à
União nele localizadas.

VOTO EM SEPARADO (DO SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM)

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe propõe transferir, de forma gratuita, para o domínio do Estado de Rondônia as terras pertencentes à União nele localizadas. A autora fundamenta sua proposta na necessidade de permitir a regularização fundiária no Estado de Rondônia, além de garantir isonomia entre os estados da Amazônia Legal, ao mencionar que transferências dessa natureza já foram feitas para os Estados de Roraima e do Amapá, por meio das Leis nº 10.304, de 2001; 11.949, de 2009; e 14.004, de 2020.

O projeto não possui apensos e foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;



Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Trata-se de projeto de lei que dispõe sobre a transferência para o domínio do Estado de Rondônia das terras pertencentes à União situadas em seu território.

A proposta está fundamentada no artigo 26, §1º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

“As terras devolutas, que não sejam indispensáveis à defesa das fronteiras, às fortificações e construções militares, às vias federais de comunicação e à preservação ambiental, passam ao domínio dos Estados, na forma da lei”.

O objetivo do projeto é dar cumprimento a esse preceito constitucional, promovendo a transferência formal e regular ao Estado de Rondônia das terras devolutas não destinadas a finalidades federais específicas, conferindo ao ente federado



melhores condições para gerir e ordenar o uso do solo em seu território.

A matéria é de grande relevância, pois permitirá ao Estado exercer plenamente sua competência para implementar políticas públicas voltadas à regularização fundiária, ao desenvolvimento econômico sustentável e à proteção do meio ambiente, de acordo com suas peculiaridades regionais.

Destaca-se que a União manterá a titularidade apenas das áreas que, por força constitucional, lhe são indispensáveis, tais como aquelas destinadas à defesa nacional, às vias federais de comunicação e às unidades de conservação de âmbito federal.

A proposta está, portanto, em consonância com os princípios federativos, contribui para o fortalecimento da autonomia estadual e atende aos interesses da população de Rondônia, que há anos reivindica a regularização da situação dominial das terras públicas.

Rondônia, por sua história recente de ocupação e por ter sido elevado à condição de Estado apenas em 1981, possui significativo acervo de terras ainda registradas em nome da União. Essa situação tem gerado insegurança jurídica e dificultado a implementação de políticas estaduais voltadas à regularização fundiária, ao ordenamento territorial, ao desenvolvimento sustentável, bem como à promoção dos direitos sociais das populações tradicionais e dos agricultores familiares.



Em síntese, trata-se de iniciativa oportuna, legítima e juridicamente respaldada, que permitirá o avanço das políticas públicas fundiárias e ambientais em Rondônia, fortalecendo sua capacidade administrativa e contribuindo para um modelo de desenvolvimento sustentável.

Em face do exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 3.609, de 2024.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM

